

# Construções de duplo objecto não derivam de ditransitivas com preposição: evidência do Caboverdiano

Alexandra Fiéis e Fernanda Pratas

Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa

## 1. Introdução

A discussão presente na literatura sobre a relação transformacional existente entre as Construções de Duplo Objecto (CDO) e as construções ditransitivas introduzidas por preposição tem-se baseado nos dados do inglês, como os que se apresentam em (1):

- (1) a. *John gave Mary the map*  
b. *John gave the map to Mary.*<sup>1</sup>

Aparentemente, o Caboverdiano (CV) parece apresentar essa mesma alternância, uma vez que dispõe de uma contrapartida para (1a) e de uma aparente contrapartida para (1b), em (2a) e (2b), respectivamente:

- (2) a. *Djon da Maria mapa.*  
b. *Djon da mapa pa Maria.*

Em CV, no entanto, sempre que um PP está envolvido numa construção ditransitiva, obtém-se, como veremos, um resultado diferente, não só ao nível da estrutura subjacente, como também ao nível do significado.

Assim, é nosso objectivo mostrar que, em determinados contextos, o Objecto Indirecto (OI) é o verdadeiro argumento interno do verbo nas CDOs e o Objecto Directo (OD) é o verdadeiro argumento interno nas ditransitivas com preposição. Cada um destes NPs ocupa, na construção em que é o verdadeiro argumento interno do verbo, a posição de especificador de um VP encaixado. Esta posição em CV tem de ser obrigatoriamente preenchida, ou seja, nenhum deles – o OI nas CDOs e o OD nas construções ditransitivas com preposição – pode ser vazio.

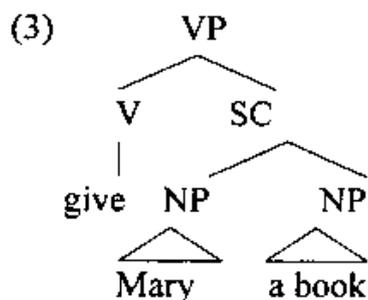
---

<sup>1</sup> Note-se que em português existe apenas a “variante” com preposição – *a* – sendo por isso que apresentamos dados comparativos do inglês.

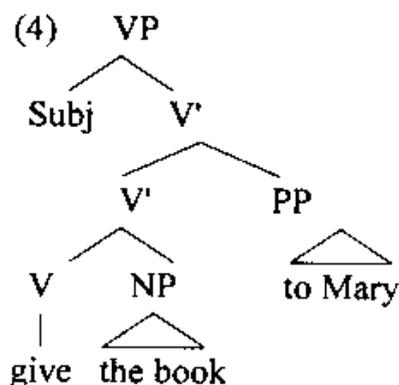
## 2. Algumas propostas anteriores quanto à estrutura subjacente

### 2.1. Kayne (1984)

Na análise de Kayne (1984), os dois argumentos numa CDO estão encaixados numa oração pequena, numa representação como a que se apresenta em (3).



Pelo contrário, nas construções ditransitivas com preposição, só o primeiro NP se comporta como argumento do verbo, o que resulta numa configuração como a que se apresenta em (4):



Com base nas representações acima e em evidências das nominalizações<sup>2</sup>, Kayne afirma que o primeiro NP que segue o verbo nas CDOs não é o verdadeiro argumento do mesmo, enquanto nas ditransitivas com preposição esse primeiro NP é o argumento do verbo (*give the book to Mary*), contrariamente àquilo que os dados do CV parecem sugerir, conforme referimos também no ponto 1.

<sup>2</sup> Nas nominalizações deverbais, o objecto do verbo pode ocorrer tanto na forma de um genitivo como dentro de uma *of-phrase* (ver exemplos (5) e (6) no corpo do texto). No entanto, Kayne não recorre apenas ao argumento das nominalizações para defender esta ideia, mas também a outros fenómenos sintácticos, como a extracção em frases como (i):

(i) a. What did you send a book about to my friend?

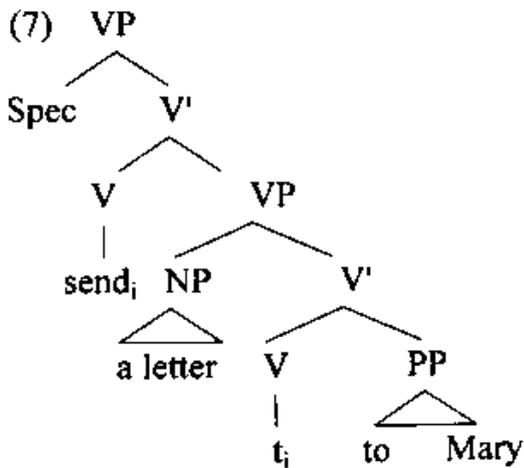
b. \*Who did you send a friend of a book?

Nestas frases, o primeiro NP da sequência NP NP (duplo objecto) forma uma ilha, enquanto que na sequência NP PP tal não acontece (não esquecer que o sujeito das orações pequenas constitui uma ilha à extracção, razão pela qual se distingue dos verdadeiros objectos).

- (5) a. *give the book to Mary*  
 b. \**the gift of Mary of the book*  
 c. \**Mary's gift of the book*
- (6) a. *give the book to Mary*  
 b. *the gift of the book to Mary*  
 c. *the book's gift to Mary*

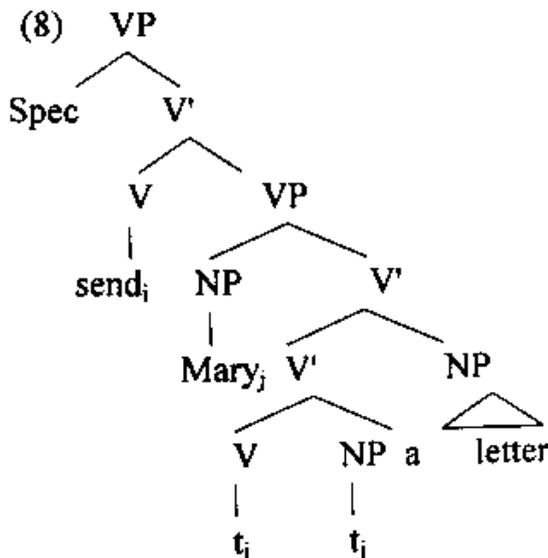
### 3.2. Larson (1988)

Em Larson (1988), para as construções ditransitivas com preposição, é proposta uma estrutura hierarquizada para o VP que envolve duas "VP-shells", como se mostra em (7), na qual o NP objecto directo (*a letter*) está na posição de especificador do VP mais baixo.



(Larson, 1988: 343)

De diferente relativamente à construção ditransitiva com preposição, há a salientar o facto de, na CDO, o DP *a letter* ser gerado de base na posição de adjunção ao V' mais baixo. Para derivar a ordem de superfície, o verbo sobe para a posição de V mais alta e o NP *Mary* para a posição de especificador do VP mais baixo, como se pode ver em (8).



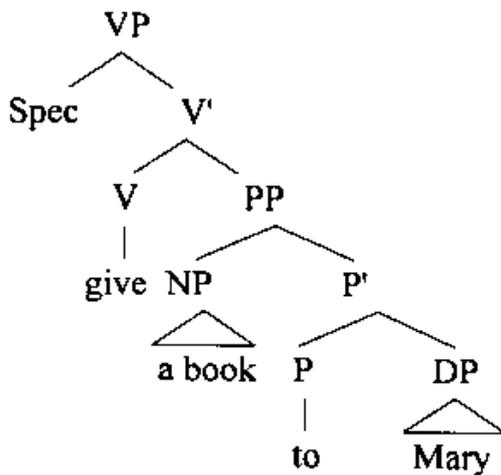
(Larson, 1988: 353)

Em suma, na análise de Larson, apesar de as duas construções corresponderem a representações de base diferentes, assume-se que os papéis- $\theta$  dos dois argumentos são idênticos nas duas representações.

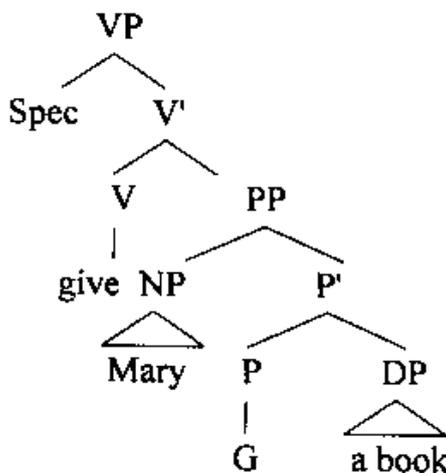
### 3.2. Pesetsky (1995)

A análise de Pesetsky (1995), contrariamente ao que é proposto em Larson (1988), sugere que as duas estruturas (*give Mary a book* e *give a book to Mary*) têm uma diferente atribuição de papéis- $\theta$ . De acordo com o autor, o verbo *give* selecciona- $\theta$  indirectamente quer o objecto da preposição *to* quer o objecto de uma preposição nula G (igualmente o núcleo de um PP), e selecciona directamente o DP que surge na posição de especificador dessa preposição. Observem-se as representações em (9):

(9) a. Estrutura de duplo complemento (adaptado de Pesetsky, 1995:174)



b. Estrutura de duplo objecto (adaptado de Pesetsky, 1995:197)



Pesetsky (1995) mostra, pois, que as diferenças na interpretação das duas frases resultam de diferenças na semântica das duas preposições. Na CDO o papel- $\theta$  Goal é

seleccionado directamente, enquanto na construção de duplo complemento (a chamada *to*-dative) a selecção do Goal é indirecta, e isto depende de propriedades das preposições e não da construção em si. Em suma, as diferenças encontradas entre as duas estruturas, ao nível da interpretação, dependem das propriedades dos núcleos dos PPs envolvidos, o *to* e o G.

Note-se, no entanto, que não fica claro qual é a verdadeira motivação para as diferenças entre as duas, sobretudo com um DP como *Mary*, que pode surgir como Goal em ambas as construções – ou seja, o facto de existirem diferenças semânticas ao nível interno do PP, não mostra que isso tenha implicações na leitura da frase e que, portanto, o significado de (9a) seja distinto do de (9b). Por outras palavras, porque é que o verbo *give* “aceita” num caso seleccionar directamente o Tema e indirectamente o Goal, e no outro caso selecciona directamente o Goal e indirectamente o Tema.

Esta proposta também não parece dar conta de situações em que o papel temático Goal é atribuído a um DP não animado, como acontece com o verbo *send* ‘enviar’ (que, ao contrário de *give*, não implica posse), proibindo a estrutura de duplo objecto, quer em inglês, quer em CV.<sup>3</sup>

- (10) a. *I sent a letter to America.* / \* *I sent America a letter.*  
 b. *N manda un karta pa Mérka.* / \* *N manda Mérka un karta.*

A explicação para a diferente aceitabilidade das frases de (10) resume-se ao facto de “the semantics of *to*-objects seem to be a superset of the semantics of directly selected Goals” (Pesetsky, 1995: 141).

Apesar de tudo, todas as análises acima descritas apresentam problemas quando consideramos os dados do CV.

### 3. Os dados

Em CV, como afirma também Baptista (2002), independentemente da categoria gramatical dos objectos – nomes próprios, NPs plenos ou pronominais – e das propriedades temáticas do predicado – atribuição de um papel temático Tema, Paciente ou outro ao OD; de Receptor, Alvo (Goal) ou outro ao OI –, a CDO apresenta sempre a ordem V-Alvo-Tema. Isto aplica-se a frases V NP NP, como em (11), e a frases V NP Pron, V Pron NP e V Pron Pron, como as de (12)-(14).

- (11) a. *N da Manel dinheru*  
         Eu dar Manel dinheiro  
         ‘Eu dei o dinheiro ao Manel’  
 b. \**N da dinheru Manel*

<sup>3</sup> Para um desenvolvimento desta proposta de Pesetsky (1995) com base nesta questão da posse, ver Harley (2002), em que é avançada a substituição de G por P<sub>HAVE</sub>.

- (12) a. *N da Manel el*  
 Eu dar Manel 3SG  
 'Eu dei-o ao Manel'  
 b. \**N da-l Manel*
- (13) a. *N da-l dinheru*  
 Eu dar-3SG dinheiro  
 'Eu dei-lhe o dinheiro'  
 b. \**N da dinheru el*
- (14) a. *N da-l es*  
 Eu dar-3SG 3PL  
 'Eu dei-lhos'  
 b. \**N da-s el*<sup>4</sup>

A frase em (15), com a ordem NP PP, requer um Propósito subentendido para ser aceitável.

- (15) *N da livru pa Maria*  
 Eu dar livro para Maria  
 'Eu dei o livro à Maria (para a Maria ler)'<sup>5</sup>

#### 4. A nossa proposta

Com base nos dados do CV, contra Larson (1988), acreditamos que (16a), igual a (15), não é uma equivalente semântica da CDO em (16b).

- (16) a. *N da livru pa Maria*  
 Eu dar livro para Maria  
 'Eu dei o livro à Maria (para a Maria ler)'  
 b. *N da Maria livru*

Recorde-se que não é apenas Larson que defende essa chamada aproximação monossémica, mais sintáctica do que semanticamente motivada, mas também autores como Baker (1988), Dowty (1978), Emonds (1972), entre outros, para quem também a variante com preposição é a básica, sendo a de duplo objecto derivada daquela, e também Dryer (1986) e Kiparspy (1985), que consideram que a ordem básica é a de duplo objecto. Existem ainda alguns autores (como Butt, Dalrymple & Frank, 1997) que propõem uma perspectiva não derivacional: isto é, um único significado dá origem a duas expressões argumentais.

No extremo oposto surge a aproximação polissémica destas construções: as duas

<sup>4</sup> Esta frase é gramatical com o significado oposto 'Eu dei-o a eles'.

<sup>5</sup> A única preposição disponível em CV neste contexto é *pa*. Outra leitura possível seria 'Eu dei o livro (a alguém) para que ele fosse entregue à Maria'.

variantes resultam de significados verbais distintos – ver Hale & Keyser (1996), Harley (1997), Krifka (1999), (2001) e Speas (1990), entre outros. Estas propostas apontam genericamente para um mapeamento do objecto directo em cada variante de acordo com diferentes condições semânticas do verbo. Assim temos (adaptado da descrição em Levin & Rappaport Hovav, 2002<sup>6</sup>):

- (17) a. ‘x causa y a possuir z’, dando origem à variante CDO, como em (1a)  
 b. ‘x causa z a estar em y’, dando origem à variante com preposição, como em (1b)

O argumento afectado ou “causado” é y no primeiro caso e z no segundo. Em ambos os casos, os dois NPs – y e z – são considerados argumentos internos do verbo (nenhum deles surge em posição de adjunção).

Em (17) torna-se evidente a razão do contraste entre (10a) e (10b): um y ‘possuidor’ tem de ser animado; um y ‘lugar’ pode não ser animado.

Neste ponto é necessário notar que, no caso do CV, é mais complexa a discussão sobre uma possível oposição monossémico/polissémico, dado que não existe na língua uma preposição correspondente a *a* (português) ou *to* (inglês), que estão presentes em construções ditas dativas (ainda que nem sempre os verbos sejam ditransitivos). Se tomarmos apenas em conta exemplos como a frase em (16), aparentemente alternativa de uma CDO, a preposição correspondente é *pa*.

A palavra *pa* tem diversos outros valores semânticos, que se assemelham mais a *para / for* ou a *por / by*. Vejamos os exemplos seguintes:

- (18) a. *E sukundi p-el ka odjadu.*  
 Ele esconde para-ele não visto  
 ‘Ele esconde-se para não ser visto.’  
 b. *Troka-m xikra pa kópu!*  
 ‘Troca-me a chávena pelo copo!’

Enquanto que em (18b) *pa* tem um valor de preposição – é um núcleo de um PP –, em (18a) tem um valor de complementador – é o núcleo de um CP<sup>7</sup>.

Assumimos assim que esta variação semântica (e categorial) da partícula disponível para uma tentativa de dativa com preposição, *pa*, é responsável pela implicação de algum Propósito envolvido na frase em (16), aqui repetida em (19a), mesmo quando este Propósito significa algo como “para ele/ela ter algo”. Os exemplos (19b-c) ajudam a clarificar o nosso ponto de vista:

<sup>6</sup> Note-se que estas autoras defendem a aproximação monossémica para o inglês; esta descrição da aproximação polissémica é apenas um passo para a argumentação que depois apresentam; a sua abordagem, no entanto, dispensa o debate em torno de qual das variantes é derivada da outra.

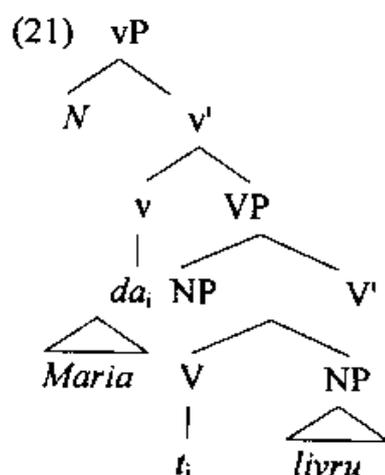
<sup>7</sup> Pesetsky & Torrego (2001), (2004) e (2005) propõem que neste caso o *for* inglês não é um complementador mas sim uma instância do movimento T-para-C.

- (19) a. *N da livru pa Maria*  
 Eu dar livro para Maria  
 ‘Eu dei o livro à Maria (para a Maria ler)’
- b. *N mostra Pedru conta.*  
 Eu mostrar Pedro conta  
 ‘Eu mostrei ao Pedro a conta’
- c. *N mostra conta pa Pedru.*  
 Eu mostrar conta para Pedro  
 ‘Eu mostrei a conta ao Pedro (para ele a pagar)’

Relativamente à análise de Kayne (1984), esta não dá conta do facto de o OI ser obrigatório nas construções ditransitivas em CV, enquanto que o OD não o é, como se mostra em (20), onde um OD discursivamente ligado está ausente da oração encaixada.

- (20) *Si nha fidju-femia kreba odja fotos, N ta mostraba \*(el)*  
 Se POSS filho-fêmea querer.TMA ver fotografias, eu TMA mostrar.TMA 3SG  
 ‘Se a minha filha quisesse ver as fotografias, eu mostrava-lhe’

Face ao exposto, propomos, então, a seguinte estrutura subjacente para as CDOs em CV:

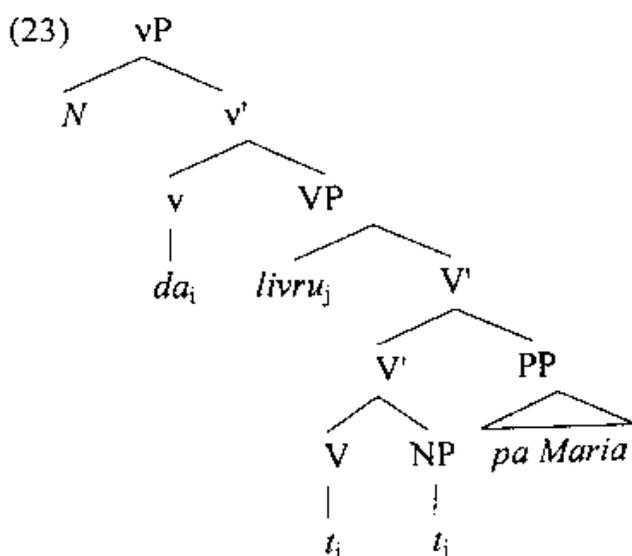


Nesta configuração, o VP está encaixado em vP, o OI ocupa a posição de Spec, vP, enquanto que o OD ocupa a posição de complemento. Deste modo, o OI vai c-comandar o OD, o que permite explicar o seguinte contraste:

- (22) a. *N da kada mininu se livru.*  
 ‘Eu dei a cada menino o seu livro.’
- b. *\*N da se autor kada livru.*  
 ‘Eu dei cada livro ao seu autor.’

Além do mais, a estrutura em (21) dá conta do facto de que o OD pode ser nulo, sempre que o contexto discursivo permite identificá-lo, e o OI não, como se pode verificar em (20), onde também este DP poderia ser facilmente identificado tendo em conta o contexto e, no entanto, surge obrigatoriamente realizado. Este contraste entre os dois complementos só pode ser explicado pela diferente posição estrutural que eles ocupam. O facto de, em CV, também a posição de Spec, TP parecer ser obrigatoriamente preenchida (a língua não tem sujeitos referenciais nulos), sugere-nos que a posição estrutural do OI é igualmente uma posição de especificador, neste caso de VP.

Para as construções com *pa*, como (16)=(19a) e (19b, c), e neste ponto convém recordar que assumimos que não são semanticamente equivalentes às CDOs, a representação sintáctica adequada será a que se apresenta em (23):



Uma possível linha de investigação para o futuro passará por relacionar esta obrigatoriedade de preenchimento da posição de Spec, VP com a inexistência em CV de sujeitos referenciais nulos, ou seja, a obrigatoriedade de preenchimento da posição de especificador, neste último caso, de TP.

Para além disso, será também interessante averiguar a relação entre as preposições *pa* e *to* em inglês, e *a* em português. Em CV, a preposição, que em princípio atribuiria caso oblíquo, parece estar incorporada em V, como (24a) sugere:

- (24) a. *Juau ta bai skola.*  
 b. O João vai à escola.  
 c. *John goes to school.*

Uma hipótese seria, assim, considerar que o OI tem de estar numa determinada posição estrutural relativamente ao verbo, isto é, Spec, VP, para que este possa atribuir-lhe caso que, de outro modo, seria uma incumbência da preposição. Isto implicaria assumir que existe variação paramétrica entre as línguas a este respeito. A incorporação

da preposição seria, em inglês, opcional (por isso temos CDOs e *to-datives*), e em português proibida (por isso só temos *to-datives*). Em CV, em que só temos CDOs, essa incorporação seria obrigatória.

Sendo assim, quando a preposição é lexicalizada, ela tem um significado distinto que, em certos contextos, se pode confundir com o de *to*.

## 5. Notas finais

Esperamos ter demonstrado com este trabalho que não existe no CV uma relação transformacional entre as construções de duplo objecto e as aparentes “contrapartidas” ditransitivas com preposição.

No CV, nas construções ditransitivas introduzidas por preposição, a partícula disponível para testar a existência de uma potencial alternância como a que se apresenta em (1) para o inglês, é *pa*, que corresponde mais ao *para* português do que ao *a*. Porém, nas construções em que esta intervém, do tipo V NP PP, além dos papéis temáticos Tema e Alvo, tradicionalmente associados a este tipo de construção, uma terceira função semântica – um Propósito – é subentendida.

No caso concreto das CDOs, na estrutura que propomos, em (21), é o OI que ocupa a posição de Spec, VP enquanto que o OD ocupa a posição de argumento interno.

Relativamente a objectos nulos, verificamos empiricamente que o argumento que é realizado na posição de Spec,VP – o OI nas CDOs (21) e o OD nas transitivas (20) – não pode ser apagado.

## Referências:

- Baptista, M. 2002. *The Syntax of Cape Verdean Creole*. Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.
- Chomsky, N. 1981. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht, Foris.
- Harley, H. 2002. Possession and the double object construction. In Pica, P. & J. Rooryck (eds.) *Yearbook of Linguistic Variation*, volume 2, nº 1: 31-70.
- Kayne, R. 1984. *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht, Foris.
- Larson, R. 1988. On the double object construction. *Linguistic Inquiry* 19: 335-392.
- Levin, B. & M. Rappaport Hovav 2002. What Alternates in the Dative Alternation? comunicação apresentada na *The 2002 Conference on Role and Reference Grammar*, Universidad de La Rioja, Logroño, Espanha.
- Pesetsky, D. 1995. *Zero Syntax: Experiencers and Cascades*. Cambridge, MA, MIT.
- Pesetsky, D. & E. Torrego 2001. T-to-C movement: Causes and consequences. In Kenstowicz, M. (ed.) *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA, MIT: 355-426.
- Pesetsky, D. & E. Torrego 2005. Case, Agreement and the Nature of Syntactic Categories, *LSA Institute 2005*, MIT.